

REQUERIMENTO nº
(Da Sra. Adriana Ventura)

Requer a realização de audiência pública para discutir a prescrição e dispensação eletrônica de medicamentos e tratamentos.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Saúde para discutir a prescrição e dispensação eletrônica de medicamentos e tratamentos, em especial quanto às perspectivas de integração destas práticas no curto e médio prazo em junção com outros aspectos do tema da saúde digital.

Solicito, assim, sejam convidados:

- a) Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - especialmente de sua diretoria responsável pelo desenvolvimento de procedimentos para prescrição eletrônica.
- b) Representante da Secretaria de Saúde Digital, do Ministério da Saúde.
- c) Representante da ABRAFARMA, entidade representativa do varejo farmacêutico nas esferas municipal, estadual e federal.
- d) Representante da Memed, plataforma privada de prescrição e compra de medicamentos.
- e) Representante da Mevo, plataforma privada de prescrição e compra de medicamentos.
- f) Representante da Afya iClinic, plataforma integrada de agendamento online, teleconsulta e marketing médico.



JUSTIFICATIVA

Nos últimos anos, os avanços na área de prescrição eletrônica, bem como as novas tendências de dispensação eletrônica têm desempenhado um papel fundamental tanto no setor público (em menor medida) quanto no setor privado da saúde. Esse progresso tecnológico possui o potencial de revolucionar a maneira como os profissionais de saúde prescrevem medicamentos, gerenciando informações clínicas e melhorando a qualidade dos cuidados oferecidos aos pacientes. Neste texto, discutiremos a importância desses avanços em ambos os setores, destacando os benefícios e os impactos positivos que têm proporcionado - e que proporcionarão.

No setor público, a implementação de sistemas de receituário eletrônico pode ser uma ferramenta para melhorar a eficiência dos serviços de saúde. Em muitos países, governos têm adotado essas tecnologias como parte de seus esforços para modernizar e otimizar os sistemas de saúde. Uma das principais vantagens é a redução de erros de prescrição, que podem levar a sérios problemas de saúde ou até mesmo óbito. Com sistemas eletrônicos, é possível verificar interações medicamentosas, alergias e históricos médicos dos pacientes em tempo real, tornando as prescrições mais seguras.

Além disso, o receituário eletrônico simplifica a gestão de registros médicos, facilitando o compartilhamento de informações entre diferentes profissionais de saúde e instituições. Isso promove uma abordagem mais integrada e coordenada aos cuidados com o paciente, resultando em tratamentos mais eficazes. Os sistemas eletrônicos também contribuem para a redução do desperdício de medicamentos, pois ajudam a controlar o estoque e a distribuição de remédios de forma mais eficiente.

No setor privado, os avanços na área de receituário eletrônico têm desempenhado um papel fundamental na melhoria dos serviços de saúde. Clínicas, hospitais e consultórios médicos têm adotado sistemas eletrônicos para agilizar o atendimento ao paciente, reduzir custos operacionais e melhorar a satisfação do cliente. Os pacientes se beneficiam da conveniência de receber suas receitas diretamente em seus dispositivos móveis, eliminando a necessidade de deslocamentos e reduzindo o tempo de espera nas farmácias.

Além disso, a análise de dados gerados pelo receituário eletrônico possibilita a identificação de tendências e padrões de saúde em uma escala muito maior. Isso é valioso para pesquisas clínicas, epidemiologia e desenvolvimento de políticas de saúde. Com acesso a grandes conjuntos de dados, os profissionais de saúde podem



aprimorar o entendimento de doenças, tratamentos e o impacto das terapias ao longo do tempo.

Contudo, é importante mencionar que a implementação bem-sucedida do receituário eletrônico requer investimentos em infraestrutura, treinamento de pessoal e medidas de segurança robustas para proteger informações sensíveis dos pacientes. Além disso, é crucial garantir o acesso a essas tecnologias em áreas remotas ou em comunidades desfavorecidas para que todos os segmentos da população possam se beneficiar desses avanços.

Por essas razões - e tendo em mente os trabalhos da Subcomissão de Saúde Digital nesta Casa, entende-se como válida e necessária a realização da audiência pública que ora se requer.

Sala das sessões, de de 2023

Adriana Ventura
Deputada Federal

